



CONTAS CORRENTES

As recentes críticas do presidente da Câmara de Lisboa e do ministro do Ensino Superior ao Tribunal de Contas mostram que o poder continua a não lidar bem com as avaliações da entidade a quem cabe fiscalizar a aplicação do dinheiro dos contribuintes. O fenómeno não é novo, mas as auditorias são fundamentais para o Estado de direito democrático.



ARMANDO ESTEVES PEREIRA

O poder não gosta do Tribunal de Contas

Há quase 30 anos, durante a maioria absoluta do cavaquismo, o Tribunal de Contas, na altura liderado por Sousa Franco, foi apontado como uma das forças de bloqueio da ação

Sérgio Lemos



governativa. É curioso que agora, com o PS no poder, o tribunal a quem cabe fiscalizar a forma como é gasto o dinheiro dos contribuintes seja de novo alvo de críticas.

Depois de o presidente da Câmara de Lisboa ter atacado a instituição liderada por Vítor Caldeira quando um relatório punha em causa um protocolo assinado entre a Segurança Social e a autarquia da capital, Manuel Heitor, ministro do Ensino Superior, volta a acusar o tribunal de invadir uma esfera reservada.

No documento sobre o financiamento do ensino superior, a resposta de Vítor Caldeira aos reparos do ministro é clara: "Ao Tribunal cabe realizar, a qualquer momento, auditorias

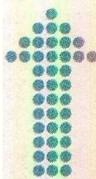
de qualquer tipo ou natureza, contribuindo-lhe em especial apreciar a legalidade, economia, eficácia e eficiência da gestão financeira."

Este último conflito entre o tribunal e o Governo prende-se com uma auditoria sobre o dinheiro público destinado às universidades e institutos politécnicos. Diz o tribunal que a execução dos contratos de legislatura (2016-2019) não decorreu como previsto pela Lei de Bases, que obriga a que sejam cumpridos critérios diretos como o número de alunos ou a dotação base por aluno, mas também a eficiência da graduação, o incremento científico e a eficácia do controlo da execução orçamental, cuja aferição não satisfez, por

falta de transparência.

O ministro pode não gostar dos resultados da auditoria e politicamente tem direito a defender as opções, explicando-as, mas é papel do Tribunal de Contas averiguar a forma como o dinheiro dos contribuintes é gasto e ter por referência as boas práticas. E essa função é um contributo fundamental para a democracia. É da natureza do poder tender ser opaco, por isso o antídoto eficaz contra esta tentação é reforçar a transparência do Estado e da Administração Pública.

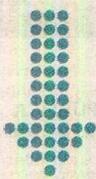
Só com controlo eficaz das despesas do Estado e com avaliação do impacto da aplicação desse dinheiro é que podemos ter um Estado transparente e mais eficiente. ■



MAREGA

Os insultos racistas são antigos no futebol. E muitas vezes nem são atos puros de racismo, apenas estupidez, como comentou Pinto da Costa. Mas o jogo de domingo entre o Vitória de Guimarães e o FC Porto fica na história porque pela primeira vez em Portugal um jogador decidiu abandonar o campo de jogo por causa de manifestações racistas por parte de membros de uma claque. Se Marega não tivesse essa atitude, tudo continuaria na mesma. Com isso marcou o golo mais relevante da sua carreira. ■

SALDO POSITIVO



RETALIAÇÃO DA VENEZUELA

O regime que ainda manda na Venezuela está a transformar aquele país num Estado pária. O castigo aplicado à TAP por ter transportado o líder da oposição é inacreditável. Mais parece a atitude de um gangue do que de um Estado de direito. Portugal tem de gerir a relação com o poder em Caracas com cuidado por causa dos muitos milhares de portugueses que residem nesse território, mas nem o Governo nem a União Europeia, nem nenhuma instituição internacional, podem permitir as atitudes selvagens do que resta do chavismo. ■

SALDO NEGATIVO

Algo completamente diferente



Acusação sobre as mortes na pedreira de Borba

Autarcas, dirigentes e funcionários do Estado estão na lista dos acusados por causa das cinco mortes numa estrada, provocadas pelo colapso de uma pedreira na tarde de 19 de novembro de 2018. Feita a acusação cabe agora ao tribunal julgar, mas a ação do Ministério Público é importante e pode ser um precedente para que no futuro haja menos casos de negligência na gestão das infraestruturas públicas. Os oito arguidos sabiam da instabilidade do talude e a situação está descrita em documentos e foi abordada em várias reuniões, segundo a acusação. Quatro anos antes das mortes, na Câmara de Borba, houve uma reunião em que, face ao risco de colapso do talude, foi colocada em cima da mesa a necessidade de interditar a circulação da estrada 255 e a retirada do troço em causa. Mas os carros continuaram a passar até à fatídica tarde, sem ninguém fazer algo para evitar uma tragédia anunciada. ■